

Família recebe da OAB dossiê sobre Honestino

MALU PIRES

Cópia do dossiê sobre o líder estudantil Honestino Guimarães, elaborado pela Secretaria de Justiça do Rio de Janeiro, foi entregue ontem à sua família pela Ordem dos Advogados do Brasil — Seção DF. “Esta é a primeira vez, em 19 anos, que temos acesso a documentos que comprovam a versão que tínhamos da sua prisão. Um momento importante na busca de uma resposta ao seu desaparecimento”, disse o irmão do estudante Norton Guimarães.

Segundo a mãe de Honestino Guimarães, Maria Rosa Leite Monteiro, o estudante saiu de sua casa, no bairro do Botafogo no Rio de Janeiro, na manhã do dia 9 de outubro de 1973 e desde então não foi mais visto. À época morava com sua segunda esposa, Roshana, que soube que havia ocorrido neste dia várias prisões e com medo viajou para a casa de sua família em São Paulo.

No dia 10 de outubro de 1973, a mãe do estudante ficou sabendo, através de senha já articulada com os ativistas políticos, de que Honestino Guimarães havia sido preso. Dois documentos encontrados no dossiê, disse o advogado da OAB/DF, Antônio Carlos de Almeida Castro, “comprovam que a prisão não fora efetivada até 8 de outubro”.

“Esta seqüência de datas confirma a versão da família e um ou-

tro documento comunica a detenção do estudante em janeiro”, afirmou o advogado. De acordo com Maria Rosa Leite Monteiro, “ele foi transferido do Rio de Janeiro para Brasília e em dezembro se encontrava preso na cidade”.

A quinze dias antes do Natal, Maria Rosa, visitou um general que lhe concedeu autorização para visitar Honestino Guimarães. “Me mandaram voltar no Natal e quando fui lá disseram que não existia um preso com o seu nome”, afirmou. Ela acredita que os órgãos de segurança “perceberam que foi um erro dar a informação e o transferiram para São Paulo, onde circularam informes de sua morte entre dezembro e janeiro”.

Dentro de um mês a Divisão Permanente de Documentação do Arquivo Público do Rio de Janeiro enviará à OAB/DF a segunda parte dos documentos existentes sobre Honestino Guimarães. As certidões e documentação entregues semana passada se referem ao levantamento das fichas nominais e por codinome. Resta fazer pesquisa no acervo sem tratamento arquivístico. A Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do DF se reúne hoje às 15h00 para apressar o trabalho de elaboração do projeto de lei que prevê a abertura ao público do arquivo político da Secretaria de Segurança Pública.